

# Da Comissão ao Presidente

Afonso Arinos de Melo Franco

**C**OMO presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, cumpre-me apresentar a Vossa Excelência breve análise dos nossos trabalhos.

A comissão foi um grupo de brasileiros, criado pelo presidente Tancredo Neves e confirmado por Vossa Excelência, o qual abrigou e, de certa maneira, representou setores sociais diferenciados e mesmo contrastantes, que coexistem entre nós, como em todas as sociedades politizadas. Acontece que, nas sociedades democráticas, como a nossa, os vários interesses setoriais são co-participantes, mas nunca nenhum deles é predominante, como ocorre nos regimes antidemocráticos de qualquer natureza.

Foi essa participação livre de interesses sociais diversos, ou melhor, foi o pluralismo democrático que permitiu à comissão, após um ano de trabalhos intensivos, alcançar, no exame dos mais variados, graves e complexos problemas nacionais, soluções intermédias, compromissórias, confluentes, as quais podem perfeitamente ser consideradas como de consenso. Há uma diferença evidente entre adesão e aceitação. No caso da Comissão de Estudos Constitucionais houve, por parte dos seus componentes, aceitação geral do seu texto, sem que ocorresse adesão total a ele, o que seria impossível em trabalho semelhante, feito em ambiente de completa liberdade intelectual.

Tal resultado, que corresponde ao velho adágio francês, segundo o qual "se não se tem o que se quer deve-se querer o que se tem", não significa instabilidade ou alienação do texto quanto à realidade nacional, ou às finalidades do trabalho que nos foi cometido, mas, ao contrário, ajustamento responsável do mesmo texto quanto ao contexto histórico brasileiro, atual e futuro.

O que tem marcado o governo de Vossa Excelência, Senhor Presidente, é a determinação com que assumiu a fase de grandes mudanças políticas, econômicas e sociais no Brasil. Sua própria implantação, ocorrida ainda sob a inspiração de Tancredo Neves, significou a mudança do autoritarismo para a democracia. E a mudança nacional prosseguirá inevitavelmente, como caminho único aberto à estabilidade institucional, que sempre faltou à República Brasileira. Em um século de República, contamos com meio século de crises, estados de exceção, revoluções e ditaduras, tudo proveniente, em minha opinião, da forma imitada e mal aplicada do governo presidencial.

Claro é que mudanças nacionais em vários terrenos da política e da administração, a começar pela própria forma de governo, prosseguindo na ação enérgica em prol do fator social da política, como na reforma agrária, compõem todo um processo que, no seu governo, se inicia com êxito e que outros governos dentro das novas normas constitucionais completarão. A responsabilidade maior do atual Governo é a de que ele ou iniciará grandes mudanças, ou terá perdido sua oportunidade histórica. Meu saudoso amigo Juscelino Kubitschek fez enorme mudança com a criação de Brasília. Ele deflagrou uma espécie de neobandeirismo, que transformou a vida da grande parte interiorana do nosso território. Um pedaço enorme do Brasil, que subsistia a quase como no tempo das bandeiras, integrou-se e ajustou-se ao ritmo orgânico brasileiro. O Amazonas, o Pará, Mato Grosso deixaram de ser as terras lendárias das deusas guerreiras, das florestas infindas, das tribos selvagens, que lembravam os tempos remotos de Orellana e de Cristóvão de Acuña, de Pedro Teixeira e de Sebastião Cochado, de Miguel Sutil ou de Antonio Raposo Tavares, vadeadores dos Oestes. No meu tempo de menino, Rondon, amigo de meu pai, que foi autor do primeiro projeto de lei sobre os índios, ainda era uma espécie de Padre Nóbrega, de Padre Anchieta, que trocara a batina pela farda militar e o Evangelho pelos seus instrumentos de campanha, seus cadernos de notas, seguido pelos noviços fiéis que se chamavam Roquete Pinto e Gastão Cruis.

A mudança feita por Juscelino determinou a emergência de um novo corpo territorial brasileiro. A continuação da grande mudança iniciada no seu governo, Senhor Presidente, transformará, não o território, mas a sociedade brasileira pela delimitação de uma nova estrutura, através da integração gradativa do povo no Estado, do nosso povo que tem mais de 30 milhões de pessoas praticamente alheias à ação do Estado.

Todos os grandes países atravessaram fases de grandes mudanças para atingirem a estabilidade. Às vezes mudanças tranquilas, como a dos Estados Unidos ao criar, por uma nova Constituição, a República Federal e a Suprema Corte, a qual prossegue sempre na sua imensa tarefa de conservar inovando. Dramática foi a mudança da Revolução Francesa, criadora, num mar de sangue, da teoria democrática para todo o mundo. Igualmente dramática foi a mudança na Rússia, feita no nosso tempo, que substituiu uma tirania por outra, a qual pretendeu universalizar pela aplicação de uma doutrina de 150 anos, que após 70 anos ainda coloca em incerto futuro a correspondência entre os fatos e as idéias geradoras deles.

O destino reservou-lhe, Senhor Presidente, a difícil, mas necessária tarefa de abrir, dentro da liberdade, a etapa de mudanças que darão estabilidade ao Brasil, com a integração de todo o povo na sociedade estatal e a participação de massas cada vez maiores de brasileiros no processo do desenvolvimento nacional, que não pode deixar de vir, mas que não virá sem a absorção gradual de grandes setores marginalizados da população. Não se trata de algumas medidas, de algumas leis, mas do deslanchar de um processo, determinado por ações coerentes de caráter jurídico, econômico, administrativo e social.

Nosso passado indica algo semelhante, embora em tom menor, que foi o processo da Abolição. A lei Eusébio de Queiroz, que proibiu o tráfico de escravos, primeira medida séria do processo, foi de 1850; a Lei Áurea só veio em 1888. De Eusébio de Queiroz a Joaquim Nabuco, o tempo foi muito largo. A mudança brasileira de agora será muito mais breve, ou não será. De certa maneira os tempos se parecem. As favelas de hoje são como as senzalas de ontem. As cidades se favelizam em função de problemas do campo e muitos dos seus habitantes vivem à semelhança dos escravos. No campo os que trabalham não têm terra, são os agregados, os bóias-frias, os "camaradas", os párias. E muitos dos que têm terras não as trabalham. A effigie brasileira tem duas faces, na sua medalha ideal. Há que reuni-las em uma só imagem de mudança, vigor e esperança.

Nós, da Comissão de Estudos Constitucionais, somos brasileiros que acreditamos com vigor e esperança no futuro do país e na redenção do seu povo.

Aqui entregamos a Vossa Excelência o nosso trabalho. Ele será objeto de críticas, construtivas umas, mal intencionadas outras. Só posso dizer que meus companheiros e eu, homens e mulheres, participantes ou assessores de vários graus, fizemos o melhor que pudemos. Aceitaremos como contribuições as críticas e as sugestões bem intencionadas. Não reivindicamos nenhum tratamento, nenhum destino para o nosso trabalho, apenas defenderemos, em qualquer pretório, quando nos parecer conveniente, a pureza de nossas intenções e a dedicação do nosso labor, aquilo que o governo de Vossa Excelência chamou "serviço público relevante", palavras que significaram, para nós, gratuito e irrecusável.

Seja ou não seja o anteprojeto enviado à futura Constituinte, o inevitável é que ela o absorva como um dos seus mais importantes documentos de consulta. Assim o afirmo pela segurança no valor da sua contribuição, devida a todos os meus companheiros.

Termino estas palavras com a expressão pessoal de minha gratidão ao velho amigo José Sarney e a reiteração do meu respeito à ação histórica de Vossa Excelência, Senhor Presidente.